

## A CONSTRUÇÃO DE DIÁRIOS DE CAMPO NO ESTUDO DO SABER PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA

### THE CONSTRUCTION OF FIELD DIARIES IN THE STUDY OF PROFESSIONAL KNOWLEDGE IN SOCIAL WORK: A METHODOLOGICAL ANALYSIS

Telmo H. Caria<sup>1</sup>

Octávio Sacramento<sup>2</sup>

Sandra Mendes<sup>3</sup>

**Resumo:** Tendo por base um estudo etnográfico sobre o saber profissional com três assistentes sociais em cenários laborais, o artigo analisa, metodologicamente, a forma e o conteúdo dos registos textuais em diários de campo, realizados no decurso de um trabalho de terreno de curta duração e disperso por diferentes contextos. A análise permitiu identificar e reinterpretar quatro grandes configurações de escrita etnográfica: situações de trabalho social (ST, descrição da atividade de cada profissional-participante); relatos do trabalho social (RT, reflexividade profissional, com a etnógrafa, de cada participante sobre ST); situações etnográficas (SE, descrição das condições de interação permitidas à etnógrafa); reflexividade etnográfica (RE, da etnógrafa sobre as situações). Os registos evidenciam a plasticidade e dialogia dos diários de campo e o facto de serem mediados por dois atos reflexivos em alteridade: atos reflexivos de RT sobre ST, mais centrados nas participantes, e de RE sobre SE, mais centrados na etnógrafa.

**Palavras-chave:** Etnografias do trabalho em Serviço Social; Diários de campo; Escrita etnográfica.

**Abstract:** Based on an ethnographic study on professional knowledge with three social workers in labor scenarios, the paper analyzes, methodologically, the form and content of textual records in field diaries, carried out in the course of short-term fieldwork and dispersed by different contexts. The analysis allowed to identify and reinterpret four great configurations of ethnographic writing: social work situations (ST, description of the activity of each professional-participant); social work reports (RT, professional reflexivity, with the ethnographer, of each participant on TS); ethnographic situations (SE, description of the conditions of interaction allowed to the ethnographer); ethnographic reflexivity (RE, of the ethnographer on the situations). The records show the plasticity and dialogy of the field diaries and the fact that they are mediated by two reflective acts in alterity: reflexive acts of RT on ST, more focused on participants, and RE on SE, more focused on the ethnographer.

**Keywords:** Ethnographies of work in social work; Field diaries; Ethnographic writing.

---

<sup>1</sup> Docente de Sociologia e Antropologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e membro integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD), centro de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal) através do projecto UIDB/040011/2020. Email: [tcaria@utad.pt](mailto:tcaria@utad.pt)

<sup>2</sup> Professor auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Membro integrado no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD), centro financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através do projecto UIDB/040011/2020; Membro colaborador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL), centro financiado pela FCT através do projecto UIDB/04038/2020. Email: [octavsac@utad.pt](mailto:octavsac@utad.pt)

<sup>3</sup> Professora auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP); Membro integrada no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS). Email: [sandra.mendes@isspp.pt](mailto:sandra.mendes@isspp.pt)

## 1 Introdução

Na linha de investigação ASPTI<sup>4</sup> a pesquisa etnográfica tem ocupado um lugar de destaque, apesar do uso continuado de metodologias mistas de investigação, com orientação quantitativa e qualitativa. Mais recentemente, o projeto de investigação “Saberes, autonomias e reflexividade no trabalho profissional no terceiro sector (SARTPRO)”<sup>5</sup> seguiu a mesma orientação, tendo-se desenvolvido neste âmbito um estudo etnográfico sobre o saber profissional em contextos de trabalho social (CARIA; PEREIRA, 2017).

O continuado uso do método etnográfico tem permitido desenvolver uma reflexão metodológica na qual temos teorizado uma estratégia de pesquisa específica, genericamente designada por “etnografias profissionais” (CARIA, 1995, 1997, 2000b, 2002b, 2011, 2014b). Nesta reflexão metodológica partimos da hipótese de que a prática da escrita etnográfica nunca é independente do tipo de relações sociais de poder, de alteridade e de estranhamento desenvolvidas na interação social no terreno pelo/a etnógrafo/a. Provavelmente devido a uma interpretação muito estrita desta orientação, a reflexividade etnográfica desenvolvida, até ao momento, nunca tinha dado especial atenção à prática da escrita etnográfica.

Mais especificamente, quanto ao diário de campo, sempre entendemos que ele constitui uma ferramenta fundamental na prática da investigação etnográfica em Ciências Sociais. Pode dizer-se que é uma forma de objetivar a intersubjetividade desenvolvida pela prática e pela interação do etnógrafo no terreno e de, ao mesmo tempo, subjetivar, reinterpretando a “realidade” do que foi visto e ouvido ocorrer, por via das práticas e das

---

<sup>4</sup> O acrónimo ASPTI refere-se a “análise social das profissões em trabalho técnico-intelectual” ou “análise do saber profissional em trabalho técnico-intelectual”. Para se ter uma ideia geral dos principais estudos empíricos realizados, no passado, no âmbito (ou em associação com) desta linha de investigação, ver Caria, 2000a, 2002a, 2005, 2008a, 2008b; Caria e Ramos, 2015; Fartes, 2012, 2014; Fartes e Santos, 2011; Granja, 2008, 2011; Filipe, 2005, 2008; Loureiro, 2008; Loureiro e Caria, 2013; Loureiro, Cristóvão e Caria, 2013; Montes, 2013; Pereira, 2008; Ramos, 2014. Com base nos estudos da Sociologia dos Grupos Profissionais entendemos por trabalho profissional toda atividade laboral legitimada e baseada em conhecimento abstrato (científico, filosófico, ideológico, etc.) e desenvolvida com independência/autonomia técnica e simbólica, correspondente a profissões que, historicamente, devem o seu poder social e institucional à aquisição, manutenção e reivindicação de capitais culturais, económicos e simbólicos acima do padrão médio de uma dada sociedade.

<sup>5</sup> Projeto de investigação em Portugal, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT-PTDC/CS-SOC/098459/2008), executado entre janeiro de 2010 e maio de 2013 e cujas principais conclusões empíricas já foram publicadas. Ver: Caria, 2011, 2012, 2013a, 2013b; Caria e Pereira, 2014a, 2014b, 2016; Caria, César e Biltos, 2012; Marques e Caria, 2013, Marques, Caria e Silva, 2013; Pereira e Caria, 2013, 2014a; 2014b; Silva e Caria, 2013.

crenças partilhadas na interação social entre os sujeitos que protagonizam os objetos da pesquisa empírica. Na primeira componente, os diários podem ser um esforço de objetivação das vivências intersubjetivas ocorridas, traduzindo-se, por isso, num material informativo de natureza essencialmente metodológica que carece de explicação teórica. Na segunda componente, trata-se de descrever e reinterpretar a cultura do quotidiano em estudo, possibilitando traduzi-la numa produção textual com relevância científico-social.

Neste contexto, podemos dizer que a nossa orientação epistemológica é a de entender a objetivação e a subjetivação etnográficas como dois processos complementares de construção de conhecimento, ainda que sempre ocorram dentro de tensões variadas resultantes das múltiplas formas como a alteridade e o estranhamento confrontam o etnógrafo social. Isto significa que a escrita etnográfica, especialmente na componente metodológica do diário de campo, merece uma problematização em função das condições sociais e institucionais em que decorre o trabalho científico etnográfico.

A prática da escrita etnográfica deverá ser objeto de uma reflexão autónoma na medida em que as condições sociais e institucionais dos estudos etnográficos o exigirem e justificarem. No nosso caso, as condições sociais e institucionais que podemos salientar, à partida, são as seguintes: (a) trata-se de um estudo de tempo curto, fator que “obriga” a uma maior focalização e (auto)controlo da atenção e da prática do etnógrafo (incluindo a escrita) para com o objeto de estudo em causa, evitando as excessivas dispersões dos registos em dados contextuais não diretamente relevantes para a problemática teórica em análise; (b) trata-se de um estudo cujo trabalho de equipa se desenvolve no quadro de uma clara divisão de trabalho entre os investigadores experimentados e os jovens investigadores em aprendizagem, tal como hoje é cada vez mais habitual no trabalho científico de projeto.

Queremos que este artigo possa ser uma contribuição para este debate numa dimensão bem específica: tratar em pormenor da organização e construção dos diários de campo que foram produzidos no âmbito do estudo etnográfico desenvolvido no projeto SARTPRO, tendo em vista mostrar quanto os temas da escrita etnográfica são filtrados pelas relações de poder, no terreno e na equipa, e pela própria aprendizagem de saber escrever diários de campo, no sentido de encontrar as dimensões do quotidiano que melhor dialogam com as perguntas que vão motivando o desenrolar do estudo empírico.

## 2 O contexto etnográfico

No âmbito do projeto SARTPRO, na sua última fase (entre Setembro de 2011 e Março de 2012), foi desenvolvida uma pesquisa etnográfica com seis participantes, todas do género feminino, profissionais de trabalho social, sendo que três eram assistentes sociais, duas eram psicólogas e uma era educadora social. Esta etnografia emergiu dentro de um estudo mais amplo sobre o trabalho social profissional no terceiro setor social, em organizações não lucrativas (ONL) do norte de Portugal, no qual foram utilizados procedimentos técnicos de recolha e análise de dados muito diversificados. As seis profissionais participantes trabalhavam em seis ONL com estruturas organizacionais burocráticas, associadas a serviços sociais de proteção social e de desenvolvimento local, sendo que todas as ONL eram tuteladas e financiadas pela política social central do Estado em Portugal.

O trabalho de campo foi realizado por duas jovens etnógrafas<sup>6</sup> a partir da observação do quotidiano laboral de cada uma das participantes, durante quatro a cinco semanas (três a quatro dias de cada semana), perfazendo um total de cerca de 80 dias (500 horas) de terreno, o que corresponde, em média, a pouco mais de 6 horas de observação participante, por dia, com cada profissional. A pesquisa não deixou de seguir os princípios epistemológicos e os procedimentos de terreno que já haviam sido explicitados e implementados para as “etnografias profissionais”, orientações que sempre tiveram uma forte inspiração fenomenológica (CARIA, 2014b; CARIA; SACRAMENTO; SILVA, 2018).

Foi introduzida, no entanto, uma importante diferença face aos anteriores estudos desta linha de investigação: na estratégia etnográfica implementada, a exemplo do que já tínhamos tentado ensaiar de modo pontual, deixámos de ter como foco central um grupo de profissionais numa organização por um período prolongado de observação participante no local de trabalho<sup>7</sup>. Em consequência da limitação dos recursos financeiros e humanos e da impossibilidade de conseguirmos autorização das organizações para períodos de observação participante prolongados, desenvolvemos pela primeira vez, de modo

---

<sup>6</sup> O processo de aprendizagem e de desenvolvimento do trabalho de campo por cada uma das duas etnógrafas foi equivalente, pelo que, para simplificar, passaremos a usar ao longo do texto apenas o singular: “a etnógrafa”.

<sup>7</sup> Conforme a dimensão do grupo de profissionais participantes em análise nas etnografias, tínhamos até então variado o tempo de observação participante entre quatro meses e um ano e meio, em organizações públicas ou do terceiro setor, com atividades profissionais muito variadas.

sistemático, etnografias dispersas e de tempo curto (PINK; MORGAN, 2013), centradas na atividade das seis profissionais em cada um dos respectivos locais de trabalho.

Deste modo, a problematização teórica do saber profissional deixou, pela primeira vez nesta linha de investigação, de estar centrada na (ou ter como referência principal a) temática da cultura-identidade (de trabalho) profissional, passando a estar circunscrita aos processos sociocognitivos de uso do conhecimento nos quotidianos laborais. Esta opção aparenta, por comparação com a anterior orientação, ser uma “individualização” do estudo do saber profissional, pois tomou-se como centro de análise apenas um profissional em cada local de trabalho e não o grupo-equipa de trabalho social de cada serviço/organização.

Não iremos aqui entrar na elucidação da problematização teórica do saber profissional à luz dos “processos sociocognitivos de uso profissional do conhecimento” (CARIA, 2007, 2010, 2014a, 2017a, 2017b). Bastará dizer que, apesar da aparente “individualização etnográfica”, o foco de atenção e análise nunca estiveram no *self* de cada profissional (nem mesmo na sua biografia, trajetória social e identidade profissional). O que nos interessou foi sempre o modo como cada profissional procedia à construção intersubjetiva do seu saber em contextos laborais, quando se encontrava em situação de interação social e/ou quando tomava como objeto dos seus relatos e interpretações as suas próprias interações com outros e as dos outros para consigo. Efetivamente, as unidades de análise nunca foram os indivíduos, mas sim as práticas quotidianas, as atividades de interação e as situações de trabalho vividas, que, no caso, eram objeto da reflexividade relacional, prática e discursiva de cada profissional, potencialmente capazes de elicitar o saber tácito da profissão (COLLINS, 2010; CARIA, 2017b).

Esta nova orientação para a problematização teórica do saber profissional implicou adaptações nos procedimentos técnico-metodológicos mais típicos que tínhamos desenvolvido nos anteriores estudos etnográficos. No entanto, não iremos aqui detalhar todas estas adaptações metodológicas, porque agora o nosso foco passa por considerarmos apenas as suas consequências no plano da organização e construção do diário de campo.

Tomou-se como objeto central do registo etnográfico dos diários de campo todas as interações sociais (incluindo aquelas que eram realizadas à distância por telefone ou telemóvel) que cada profissional participante realizava com os pares, com a hierarquia da organização e/ou da tutela público-estatal, com os parceiros dos serviços localizados

noutras organizações e com clientes-cidadãos. Estes registos tinham em vista perceber como é que as profissionais associavam práticas de trabalho e significações da atividade e como é que, por via da intersubjetividade evidenciada, explicitavam e/ou deixavam implícitos os saberes que lhes permitiam ter a competência discursiva e a competência prática para agir de modo profissional.

Nas etnografias anteriores, até 2012, os autores das nossas “etnografias profissionais” eram, simultaneamente (ainda que podendo ser parcialmente), etnógrafos de terreno, escritores dos diários de campo e analistas simbólicos e produtores científicos finais. Esta continuidade virtuosa, de papéis e tarefas associadas, na divisão social do trabalho científico (DSTC), foi interrompida no estudo mais recente que agora consideramos. Pela primeira vez foi introduzida uma total separação entre os etnógrafos sociais de terreno, autores do diário de campo – que eram bolsiros de investigação, sem experiência relevante em prática etnográfica e sem projeto científico autónomo – e os investigadores seniores da equipa – sem nunca irem ao terreno e com o essencial das tarefas de análise e produção científico-etnográfica suportado pelo material empírico coletado pelos primeiros. Pensamos que foi, principalmente, esta DSTC que “nos obrigou” a refletir sobre os processos de escrita etnográfica e, em particular, a reinterpretar a reflexividade científica que desenvolvemos ao longo do estudo sobre a organização e construção dos diários de campo, assunto que justifica este artigo.

### **3 O diário de campo na abordagem etnográfica**

Há quase meio século, Geertz (1973, p. 19) referia-se ao empreendimento etnográfico, essencialmente, como uma atividade conceptual de formulação textual dos fenómenos em estudo: “What does the ethnographer do [?] – he writes”. Desta forma taxativa e aparentemente redutora dos afazeres do etnógrafo, Geertz pretendia destacar a inegável proeminência dos sucessivos exercícios de escrita – desde as notas soltas e o diário de campo ao texto académico final – na construção da perspetiva e da autoridade etnográfica, deixando transparecer as visões do “outro”, a experiência de observação participante do investigador, as relações entre ambas as partes e o modo como as dialogias e afetações (FAVRET-SAADA, 1990) daí resultantes se refletem na própria autoria do discurso científico (CLIFFORD, 2008). Através da materialidade da grafia, estes exercícios de textualização indexam, congregam e preservam em detalhe as vivências do terreno (CLIFFORD; MARCUS, 2010 [1986]), afirmando-se, intrinsecamente, como

processos de “tradução cultural”, por via dos quais se produz “uma versão sobre uma determinada cultura que visa torná-la compreensível para leitores que vivem em outra” (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2013, p. 383).

A textualização etnográfica tem a sua origem na experiência de terreno e é prática constitutiva da mesma (KILANI, 1994; SANJEK, 1990b), embora escrever uma etnografia propriamente dita seja, no seu essencial, trabalho de gabinete e não trabalho de campo (MARCUS *apud* MAANEN, 2011 [1988]). Sob a forma de notas soltas, diários ou cadernos de campo<sup>8</sup>, o ato de escrever é indissociável do processo de observação empírica, permitindo sistematizar, detalhar e ponderar reflexivamente (para memória futura) os acontecimentos quotidianos participados e presenciados pelo etnógrafo. Quer isto dizer que “fazer terreno” é também produzir texto. É deste texto de cariz narrativo, mais íntimo, imediato e desordenado – produzido “em cima dos joelhos” (BARRETO FILHO, 2004), sem grande distanciamento e sem evidentes preocupações estéticas –, que emerge, posteriormente, o texto do discurso etnográfico a submeter à apreciação dos pares da comunidade científica. Uma tese, um livro ou um artigo científico, resultantes de uma abordagem etnográfica, representam, assim, produtos de (re)escrita mais cuidados e canónicos, amplamente sustentados por aproximações textuais prévias e primárias ao objeto de estudo.

Uma das configurações mais comuns da textualização primária, realizada ainda no quadro da própria experiência de terreno, é o diário de campo. Este instrumento de registo cumulativo e “a quente” do material etnográfico, evitando que ele fique “frio, distante e mudo” (PEIRANO, 1995, p. 51), tem por base, geralmente, três grandes momentos operacionais de escrita – inscrição, transcrição e descrição (CLIFFORD, 1990) – que se conjugam em proporções, geometrias e estéticas bastante diversas. O primeiro circunscreve-se, desde logo, à prática de registar breves notas mnemónicas – “scratch notes” (SANJEK, 1990b) –, de forma dissimulada ou em presença de interlocutores, sobre o que de mais relevante vai sucedendo no terreno, sempre com a urgência de fixar através do registo e com a maior exatidão possível a efemeridade de um qualquer momento e,

---

<sup>8</sup> É relativamente comum dizer-se que, por comparação com os cadernos de campo, os diários de campo assumem um registo de crónica mais pronunciado, as suas descrições são mais intimistas, envolvendo sistematicamente a figura do próprio investigador, e deixam perceber com maior evidência os contextos e as contingências dos processos de recolha de dados (MAGNANI, 1997). Nesta perspetiva, *A Diary in the strict sense of the term*, de Bronislaw Malinowski, seria um exemplo paradigmático de diário de campo e os *Diários Índios*, de Darcy Ribeiro, um formato que, apesar do nome, se aproxima mais do que será um caderno de campo (MAGNANI, 1997). Apesar destas diferenças e tendo em conta que entre um formato e outro não existe propriamente uma demarcação inequívoca, no âmbito deste artigo usamos apenas a designação de diário de campo.

assim, prevenir a erosão da memória.<sup>9</sup> O segundo refere-se ao registo escrito literal das produções discursivas formuladas pelos próprios atores sociais que protagonizam o fenómeno em estudo, suscitando, em certa medida, uma certa dispersão da autoridade etnográfica, como destaca Clifford (1990, p. 58): “the authority of the researcher who brings passing, usually oral, experience into permanent writing is decentered”<sup>10</sup>. Por último, a descrição corresponde a um exercício de escrita que, apesar de ocorrer ainda no decurso do trabalho de campo, é realizado de modo mais intimista, em circunstâncias de maior reserva do investigador face ao contexto social em que se encontra.<sup>11</sup> Trata-se de um registo de escrita, sobretudo se se tratar da “descrição densa” (GEERTZ, 1973), mais substancial, ponderado-reflexivo, integrado e organizado em função de coordenadas de espaço-tempo. Amplamente alicerçado na inscrição e, eventualmente na transcrição, permite fixar narrativamente, de forma profundamente minuciosa, os fatos e as experiências proporcionadas pela experiência de terreno, sendo este (aparente) realismo etnográfico entremeado com ensaios mais ou menos sistemáticos de exercícios de interpretação que, em certa medida, preludiam o trabalho de (re)escrita pós-terreno.

Não existe um modo universal/natural de registar os elementos do terreno, pelo que o que se apresenta neste artigo é apenas uma proposta possível. Tal como noutras propostas, a escrita tende a ser seletiva e a não ser axiologicamente neutra, mesmo quando se trata da transcrição (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2013). Enquanto conjuntos de “primeiros textos”, produzidos segundo determinadas escolhas e olhares, ainda no terreno, os diários de campo configuram uma base empírica (e proto-interpretativa) que condiciona o trabalho de gabinete subsequente de produção do texto científico propriamente dito. Esta é uma situação que deverá suscitar particular atenção sempre que, como aconteceu no caso aqui em discussão, os diários forem produzidos por alguém que não participa, direta e sistematicamente, no trabalho de análise e interpretação dos dados. Nestes casos, verifica-se um significativo cúmulo de construções sobre construções intertextuais, desde as narrativas dos atores sociais, passando pelas narrativas secundárias

---

<sup>9</sup> Formato de registo tendencialmente mais próximo ao que mais à frente é identificado como registo de “situações de trabalho” e de “situações etnográficas”.

<sup>10</sup> A transcrição é o formato de registo tendencialmente mais próximo ao que mais à frente se identifica como registo de “relatos do trabalho”. Por outro lado, é a modalidade de escrita de terreno que melhor possibilita a multivocalidade do discurso etnográfico, revelando a densa intersubjectividade da produção do conhecimento e esbatendo as fronteiras entre ciência e literatura. O trabalho de transcrição é particularmente expressivo nas notas de campo de Franz Boas (SANJEK, 1990b).

<sup>11</sup> Os registos de descrição são, tendencialmente, os mais próximos aos registos de “reflexividade etnográfica” de que se dará conta mais adiante.



do etnógrafo de campo – ou “textos liminares” – até à grande metanarrativa conceptual do texto académico (MALIGHETTI, 2004).

#### **4 Condições de terreno e planeamento da escrita**

No livro já publicado, sobre o estudo etnográfico que aqui se considera, foi feita uma descrição detalhada de como se planeou a metodologia de coleta de dados e se concretizou a estratégia de trabalho de campo (CARIA; CÉSAR, 2017). Em particular, é de destacar que quando negociamos a entrada no terreno em cada local de trabalho, percebemos que as organizações e as potenciais profissionais participantes (no curto tempo que nos autorizaram a permanecer nos respetivos serviços) queriam dar especial visibilidade à atividade de interação com os utentes e ao seu suporte, relativo às conversas quotidianas das participantes com os pares e com as equipas de trabalho social de cada serviço/organização. Assim, preferencialmente, o diário centrou-se nestas temáticas do quotidiano profissional.

Em função do modo como se concretizou a organização do trabalho de campo, foi possível preparar e implementar um plano para o tempo de escrita etnográfica. Durante o processo de pesquisa empírica, foram reservados três ou quatro dias exclusivamente para estar no terreno (geralmente às 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> feiras) e um ou dois dias (6<sup>a</sup> feira ou 2<sup>a</sup> feira) para a elaboração do diário e a reflexão sobre o trabalho de campo realizado nos dias anteriores ou a realizar nos dias seguintes.

As anotações de campo (de suporte ao diário, a elaborar *a posteriori*) sobre o que ia sucedendo de relevante foram facilmente concretizadas, pois existiam muitos pequenos intervalos temporais na atividade quotidiana de interação social de cada participante. Intervalos que eram dedicados apenas à realização de trabalho administrativo à secretária do seu gabinete, ao lado da etnógrafa, que se encontrava numa outra secretaria no mesmo gabinete. Nestes inúmeros intervalos de trabalho administrativo, a etnógrafa teve a oportunidade de escrever as notas de campo, tanto as relativas ao que tinha acabado de acontecer no gabinete, como as relativas às atividades exteriores, presenciadas antes, aquando do acompanhamento da participante nas suas deslocações e tarefas dentro e fora do serviço. Estas notas eram elaboradas de modo muito discreto, porque, para quem entrava no gabinete, a etnógrafa estava apenas a fazer aquilo que a participante também costumava fazer: escrever anotações em papéis, ou digitalmente, na sua secretária. A atividade etnográfica, no gabinete, acabava por se confundir com a da participante, pelo

que a etnógrafa rapidamente se percebeu que era possível fazer anotações de modo digital, diretamente para o computador portátil, a par do (ou sem fazer) uso de papéis, dado que essa também era a forma mais comum da participante realizar o trabalho administrativo.

Sempre que a observação participante era realizada fora do gabinete, geralmente a etnógrafa não recorria a quaisquer anotações escritas, esperando sempre pelo regresso para as realizar, à secretária, tendo por base a memorização do que tinha ocorrido. Esta opção pareceu ser a mais ajustada, dado que em todos os seis contextos de trabalho social a etnógrafa foi apresentada, junto dos utentes e dos restantes trabalhadores do serviço, como alguém que apenas estava a estudar o trabalho-saber da participante, e não o trabalho ou o comportamento de outros. Deste modo, não se correu o risco de ao fazer anotações em papel fora do gabinete, junto dos outros interlocutores da participante, isso poder ser mal interpretado, como se afinal as práticas e discursos dos restantes interlocutores também fossem objeto de estudo.

Como dissemos atrás, a realização de etnografias dispersas e de curta duração tornam crítico saber até que ponto o diário de campo tem os dados necessários e suficientes para permitir uma análise sobre o objeto de estudo transversal às diferentes localizações/contextos do terreno, especialmente quando, como no presente caso, não existia uma prática etnográfica anterior deste tipo, pois a etnógrafa de terreno tinha pouca experiência no ofício. Assim, só se conseguiu perceber se tínhamos diários de campo que serviam os objetivos da pesquisa depois de se ter a experiência de escrever, de se errar e de se melhorar a escrita etnográfica.

O processo de textualização foi-se aperfeiçoando com o tempo, à medida que a etnógrafa ia enriquecendo a sua experiência e a reflexão da equipa do projeto ia identificando erros e limitações face ao objeto que se pretendia analisar. Este aperfeiçoamento fez com que os diários de campo se fossem reduzindo na sua dimensão, focalizando-se cada vez mais no que importava salientar e detalhar para a análise a realizar. Em consequência, dos seis contextos que tínhamos selecionado para o estudo etnográfico, os três primeiros diários de campo realizados acabaram por se transformar em exercícios de aprendizagem da escrita etnográfica sobre o saber profissional. Em função desta aprendizagem, os diários de campo que foram analisados, e que são objeto principal da nossa atenção neste artigo, restringiram-se apenas aos três últimos contextos de trabalho e às três últimas participantes a serem acompanhadas, sendo que estas três eram todas assistentes sociais.

A totalidade do material escrito produzido a partir da interação com estas participantes ficou reduzido a menos de metade do que atrás indicámos, a saber: o texto dos diários analisados passou a conter 136.038 palavras, em 240 páginas de texto, relativas a 240 horas e a 37 dias de trabalho de campo, correspondentes, em média, a cerca de 6,5 horas de observação participante por dia, com cada uma das três participantes<sup>12</sup>.

A anterior experiência de estudos etnográficos com profissionais permitia, antecipadamente, saber que o diário de campo deveria ser constituído por quatro temas de registo e descrição, relativos a quatro diferentes tipos de situações de interação no contexto de trabalho:

- (a) as situações de trabalho (ST)- descrição do trabalho profissional observado, incluindo o registo das falas e das ações, que acompanhavam esse trabalho, relativas à interação social da participante com todos os interlocutores inscritos na atividade desenvolvida;
- (b) o relato do trabalho (RT)- a descrição das interações da participante com a etnógrafa (categorizadas atrás como “entrevistas informais”) sobre o conteúdo e a forma da atividade de trabalho social desenvolvida, ou a desenvolver, nas situações de trabalho (ST);
- (c) as situações etnográficas (SE)- a descrição das interações da participante com a etnógrafa (e vice-versa) sobre a organização do trabalho de campo, bem como das interações de outros profissionais da organização e de utentes do serviço com a etnógrafa, incluindo o modo como esta última ia sendo percecionada e interpretada em cada contexto de trabalho;
- (d) a reflexividade etnográfica (RE)- reflexões e juízos pessoais da etnógrafa, para si própria, sobre o que ocorria no terreno, relativo a cada uma das descrições consideradas nas alíneas anteriores.

A criação desta tipologia de registo veio a revelar-se uma orientação estratégica pertinente e profícua para o estudo em causa. No entanto, como acontece com todos os planos, esta orientação genérica acabaria, em concreto, por beneficiar de adaptações, de ajustamentos e de desdobramentos, à medida que nos íamos deparando com obstáculos ao uso do diário como ferramenta central da análise do saber profissional. Não se poderá

---

<sup>12</sup> Mais à frente, quando se transcrevem partes do texto dos diários de campo (DdC), são assinaladas as páginas das quais são retirados os extratos: “(DdC, p. x)”.

dizer que estes quatro temas estivessem ausentes da escrita etnográfica realizada em trabalhos anteriores, mas sim, que não tinham sido desenvolvidos de forma continuada e sistemática. É precisamente nesta tipologia orientadora do processo de textualização do (e no) terreno que nos centramos de seguida, procurando evidenciar os conteúdos empíricos dos diferentes registos, os estilos de escrita e os ajustamentos *in progress* entretanto realizados.

## 5 Tipologia dos registos em diário de campo

### 5.1 Situações de trabalho

O tema das situações de trabalho (ST) corresponde às descrições que, mais facilmente, se identificam no diário de campo, dado serem aquelas em que a etnógrafa pôde, tendencialmente, ser apenas uma observadora e uma ouvinte atenta, sem necessidade de interagir com os interlocutores envolvidos na situação. São, portanto, as situações em que mais ficou patente a parcial exterioridade da etnógrafa face ao que ocorre em cada contexto de trabalho a par da sua parcial implicação, por via daquilo que selecionou registar como sendo relevante para a análise. As descrições destas situações no diário de campo desdobraram-se em três estilos de escrita:

(a) o discurso direto que cita as expressões e frases da fala da participante quando interage com outros, descrevendo pelo meio, em discurso indireto, a interação social ocorrida, através da indicação dos comportamentos mútuos (verbais e não-verbais) e dos assuntos-conteúdos da comunicação entre os vários interlocutores presentes:

A Dra. Marieta diz que não sabe o que fazer. Ouve e aconselha a mãe a ligar à filha, a insistir se ela não atender, a dizer que já passaram 3 meses, que quer saber como ela está. “Mas não pode chorar, não fale com ela conforme está agora, fale assim como eu estou a falar consigo”. Sugere ela própria ligar agora à Rita para ver se ela estará receptiva a um telefonema da mãe (DdC: 91).

A Dra. Maria e a outra assistente social visitam o quarto e as restantes instalações comuns do apartamento. A Dra. Maria pergunta como é feita a limpeza e a senhora responde vagamente que há uma senhora que, de vez em quando, aparece para limpar. A Dra. Maria responde “Então essa senhora já não vem cá há muito tempo!”, quando vê a cozinha com sinais evidentes de utilização sem limpeza. Já à porta do apartamento, a Dra. Maria volta a questionar a senhora quando poderia ter o quarto pronto, se o preço era definitivo, e explica-lhe as condições do arrendamento (DdC: 177).

(b) o discurso indireto, tendencialmente prévio à descrição da situação, que informa sobre o que aconteceu, mediata ou imediatamente, antes da situação

(conexão com o conteúdo e/ou pessoas de situações anteriores e quem provoca o desencadeamento da situação) e como, entretanto, cada um dos interlocutores se posiciona no espaço, no tempo e face à profissional-participante, para começar a interagir na situação:

O hospital é novo e a Dra. Maria não conhecia o colega com quem ia falar. Tinha marcado para entre as 11.00h e as 11.30h. Dirigimo-nos ao balcão de recepção e a Dra. Maria perguntou por ele. Mandaram-nos esperar noutra balcão de atendimento. Esperámos quase meia hora (...) o assistente social do hospital (...) levou-nos depois para o seu gabinete, onde nos sentámos e onde a Dra. Maria e ele conversaram longamente sobre a situação do requerente que tinha motivado esta reunião (DdC: 155).

(c) o discurso indireto no meio ou no fim da descrição da situação, em que se informa “o que parece” ou o que se “percebe ser” a situação, quanto a pessoas envolvidas e a assuntos-conteúdos da comunicação, dado que a descrição que se faz, do que se vê e ouve (referido na alínea “a” e “b”) é considerada insuficiente, para que a etnógrafa possa precisar o que é relevante naquela situação para análise:

Sáímos do auditório e o grupo dirigiu-se para a sala de convívio. Percebi que, inicialmente, não era ali que a Dra. Marieta tinha planeado fazer a reunião com os formandos, mas acabou por achar a ideia interessante (DdC: 105).

Chegados ao gabinete, entra em contacto telefónico com a Dra. Benedita e discute com ela longamente, negando com veemência uma acusação que esta lhe fazia. Aos poucos pareceu-me que ambas identificavam o mal-entendido e que ficava comprovado que a Dra. Maria não tinha efetivamente feito aquilo de que era acusada (DdC: 167).

Irene e Elsa saíram para fazer visitas domiciliárias. Pelo que me apercebi, ou saem as auxiliares ou saem os profissionais, ocupando assim apenas uma viatura por dia à instituição. No entanto, pareceu-me que, nos meus primeiros dias, a preocupação dos profissionais em sair era maior (DdC: 208).

A relativa facilidade como, em geral, estes três tipos de escrita pareciam poder ser percecionados durante o estudo pela etnógrafa revelou-se aparente. As condições sociais do terreno, atrás referidas, rapidamente fizeram perceber que era necessário entrar num detalhe descritivo, que antes, na experiência anterior de escrita etnográfico-profissional, não tinha sido suficientemente explicitado e consciencializado. Este detalhe descritivo, em sede do diário, desdobrou-se num adicional de pormenores em quatro dimensões empíricas: (i) referência continuada à passagem do tempo, para permitir saber a duração temporal (aproximada em minutos) de cada situação; (ii) referência continuada à permanência (ou modificação) e ao modo como atuavam os espaços, os conteúdos do trabalho e os interlocutores principais da profissional-participante em cada momento, de forma a permitir uma clara delimitação de cada situação laboral face às mudanças que iam ocorrendo na interação social; (iii) referência continuada às conexões existentes, de

conteúdos de trabalho e de interlocutores de interação, que se repetiam em diferentes contextos, de modo a permitir perceber as semelhanças e continuidades de sentido contextual que existiam nas atividades, apesar destas, cronologicamente, ocorrerem em situações diferenciadas, intervaladas e fragmentadas no tempo; (iv) referência continuada àquilo que, em cada situação, era considerado, pela própria participante (na interação com os seus interlocutores), motivo e conteúdo de imprevistos, improvisos e de estranhamentos, e ao modo como atuava (e/ou previa atuar) face a eles.

Este adicional de detalhes teve, em paralelo, um reverso, em duas outras dimensões dos diários, nas quais as descrições tenderam a ser reduzidas ao mínimo: (a) nos detalhes sobre os problemas sociais em que as profissionais atuavam e nas consequentes histórias dos casos de utentes com quem interagiam; (b) nos detalhes sobre os diferentes modos de atuação e de entendimento de outros profissionais da equipa sobre os mesmos problemas sociais e casos em consideração. Estas descrições, em discurso indireto, ao serem reduzidas, passaram a ter apenas informação sobre qual era a conduta na interação dos interlocutores das participantes, tendo em vista registar e perceber apenas a ecologia de sentido(s) em que a profissional-participante atuava e falava. O foco da análise não estava no contexto social dos problemas-casos que eram objeto do trabalho social, nem, como referimos atrás, na cultura de grupo-equipa e ambiente organizacional que a enquadrava.

## **5.2 Relatos do trabalho**

A escrita dos relatos do trabalho (RT) corresponde às descrições do diário que têm como referência central o diálogo entre a profissional-participante e a etnógrafa sobre assuntos e pessoas envolvidas em ST, narradas pela primeira. Estes RT ocorrem, como veremos em seguida, segundo quatro configurações. Permitem à profissional-participante (quase sempre, num discurso indireto) relatar as ST que não foram observadas pela etnógrafa, tendo em vista, por iniciativa da própria ou iniciativa da etnógrafa, reinterpretar ou antecipar procedimentos, ações e atitudes em ST, adicionando juízos e justificações ao ocorrido e/ou vislumbrando possíveis consequências para o futuro. Neste contexto, é plausível admitir que os RT são função da presença da investigadora no terreno e que, por isso, podem ser considerados atos de reflexividade relacional para/sobre as ST, evidenciando dimensões tácitas do saber profissional que só são elicitadas porque há uma etnógrafa com quem dialogar:

Explica-me que na primeira reunião com os pais procura fazer a história de vida dos formandos e na segunda tenta abordar as questões da sexualidade dos filhos. Conta-me que estas jovens são consideradas “de risco” e, por isso, legalmente estão autorizadas a colocar um aparelho anticoncepcional no braço. Por isso, já há muitos anos que costuma levá-las a um gabinete num espaço hospitalar onde fazem planeamento familiar a jovens adolescentes. (...) A Dra. Marieta explica-me que estes jovens quando chegam ao Centro habitualmente “nem amigos têm”. Por isso, pergunta-lhes sempre na entrevista de acolhimento se têm amigos, se costumam sair, para confirmar essa situação de isolamento social. Depois acrescenta, “chegam aqui, sentem-se integrados e começam a namorar, são autênticos adolescentes (DdC: 85).

Como se pode perceber pelo registo apresentado, uma das principais configurações do RT é o de permitir contextualizar as ST, tomando como referência os casos de utentes que seriam em seguida atendidos, indicando a complexidade das condições sociais a que estão associados e o que, eventualmente, já terá sido feito pelo serviço para ultrapassar ou minimizar o problema existente. Noutras configurações, como se pode ver em seguida, os RT destinam-se a informar sobre os procedimentos organizacionais e funcionais mais comuns face aos problemas sociais mais típicos a que o serviço pretendia responder, especialmente para o caso de situações passadas imediatamente antes, das quais a participante pensa que a etnógrafa ainda não tem informação contextual suficiente:

Aproveito para lhe perguntar se ela acha que esta informatização é útil. Explica-me, então, que antigamente todos os processos estavam em papel e apenas existiam ali no gabinete. Com a informatização, as avaliações mensais e anuais vão deixar de ser necessárias, porque vai ser possível, quando todos os gabinetes do concelho estiverem informatizados, os relatórios serem extraídos centralmente do sistema (DdC: 122).

Esse senhor, continuou a Dra. Maria a explicar-me, tinha-lhe inclusivamente exigido uma declaração de honra, que ela deveria escrever em nome dela, em como ele não tinha trabalhado em 2010. A Dra. Maria contou isto num tom de “era o que faltava!”. E terá, efetivamente, negado essa declaração ao beneficiário, segundo contou (DdC: 179).

Os RT podem ainda incluir apreciações, juízos e comentários às situações ocorridas, salientando o que se entende desviar-se (tanto no sentido positivo como no sentido negativo) das expectativas existentes, por comparação com a experiência acumulada passada, tanto nos outros como na atuação da própria profissional:

A Dra. Marieta tenta fazer um telefonema por telemóvel e comenta que é muito difícil encontrar “estes pais”, porque “esta população” muda de número de telemóvel com muita frequência. Quando não havia telemóveis, explica-me, era muito mais fácil contactá-los para o fixo, que raramente mudava (DdC: 4).

A Dra. Maria dirigiu-se a mim para me explicar que um dado beneficiário de RSI acha que todos os outros beneficiários, menos ele, deviam “ir para o monte limpar os terrenos”. E que, no seu caso, ele já teria idade para escolher o emprego pretendido. Esta explicação estava carregada de cinismo e de condenação da postura do beneficiário (DdC: 149).

Mostrou-me o seu desagrado pelo facto de o hospital não ter meios para garantir o transporte dos doentes que não se podem deslocar e criticou a atitude da médica, discordando dos seus argumentos de que se tratava de uma situação meramente social. Na sua opinião, o utente sairia do tratamento tão debilitado que, se fosse a pé para casa, poderia ser atropelado ou cair e, nesse caso, seria internado e traria muitos mais custos ao Estado (DdC: 158).

No registo dos RT detetaram-se limitações na escrita do diário que progressivamente foram ultrapassadas ao introduzir-se um maior detalhe descritivo para se saber quem é que tomava a iniciativa do RT: a participante que ajuizava, antecipadamente, o interesse que uma dada ST poderia ter para a etnografia e que tomava para si a iniciativa dos RT, ou a etnógrafa que perguntava explicitamente sobre algo que não tinha observado e ouvido, mas que sabia ter acontecido. Tendencialmente, no início do trabalho de campo, em cada um dos contextos de trabalho era a participante que tomava a iniciativa, dado que a etnógrafa seguia a orientação metodológico-estratégica de não fazer perguntas enquanto não tivesse um entendimento mínimo das rotinas de trabalho existentes. Geralmente, precisava das duas primeiras semanas para este efeito.

As limitações da escrita etnográfica sobre os RT também se manifestaram no modo como se começou por reportar nos primeiros diários a informação sobre os procedimentos organizacionais e funcionais mais comuns do serviço. Em muitos RT esta informação surgia descontextualizada do momento em que tinha sido, pela primeira vez, fornecida pela participante à etnógrafa, misturada com a contextualização da ST que se estava a descrever (ou se ia descrever em seguida), como se fosse um dado óbvio. Não se percebiam, por isso, as circunstâncias e o curso da ação (espaço, tempo, situação motivante) a que os RT em causa se referiam especificamente.

Repare-se que nos RT a parcial exterioridade da etnógrafa, ocorrida nas ST, é totalmente diluída. Nos RT a implicação da etnógrafa com as participantes é muito evidente, pois a seleção daquilo que é relevante para a análise é resultado de um diálogo em que ambas as partes convidam a outra a desenvolver atos reflexivos sobre o sentido prático e simbólico do trabalho social e sobre as condições de terreno que permitem a análise. Estas condições, como evidenciaremos em seguida nos restantes dois tipos de registos, são sempre limitadas e mediadas pelas relações de poder e pela negociação continuada dos processos metodológicos com cada participante.



### 5.3 Situações etnográficas

Foram consideradas situações etnográficas (SE) todas as descrições de interações entre a profissional-participante e a etnógrafa que tinham como conteúdo central da comunicação confirmar, atualizar e complementar o que, inicialmente, tinha sido acordado sobre as condições de acesso que eram propiciadas para a realização do estudo etnográfico, como se pode constatar nos excertos dos diários de campo que se seguem:

Pergunta-me se quero ir e digo que sim. Explica-me que depois tem de regressar às 16.30h para uma reunião. Pergunto se se trata de uma daquelas reuniões a que não posso assistir e a Dra. Marieta confirma. Tento então combinar que, sendo a hora de saída da Dra. Marieta incerta, a minha hora de saída poderá ser combinada dia a dia (DdC: 14).

(...) perguntei à Dra. Maria qual era o “programa das festas” para a tarde. Disse-me que íamos fazer visitas domiciliárias “já que está aqui”. Explicou que tinham planeado deixar os registos informáticos para o dia seguinte, para eu poder “presenciar domicílios”, que é mais interessante. Mostrei agrado pela planificação assumida (DdC: 164).

Também foram consideradas SE as descrições da interação da etnógrafa com os restantes trabalhadores e profissionais da equipa do serviço e/ou com os utentes, desde que pusessem em evidência comportamentos e atitudes destes (mediados ou não pela participante) face à presença da etnógrafa naquele local:

Apresentou-me sempre como estagiária (nas visitas domiciliárias e nos atendimentos) “para ser mais fácil”, mas deixou ao meu critério, se me sentisse desconfortável com o estatuto, a clarificação do meu papel. Desvalorizei esta necessidade: “o lugar de estagiária não tem qualquer problema”; e perguntei se, nesse caso, deveria fazer-me acompanhar de cadernos ou papéis, mas ela disse que não. Para todos os efeitos, poderia tratar-se de um estágio de observação e, nesse caso, não teria de tirar notas (DdC: 132).

(...) deixando-me sozinha na sala com os dois rapazes. Pego no meu telemóvel e consulto os meus emails, já que a situação é tão constrangedora como se estivéssemos em plena viagem de elevador (DdC: 21).

Ouçó alguém atrás de mim a dizer “eu andei aí!”. Era uma funcionária de bata branca (em cujo bolso pude ler “infância”) que se mostrou muito entusiasmada pelo facto de estar a reconhecer no meu computador o site da faculdade que frequentou. Perguntou-me se eu também andava lá e eu respondi que trabalho lá. Perguntou-me a fazer o quê e tive de responder, vagamente e na frente das outras funcionárias, que, aparentemente, não se mostraram interessadas nesta conversa (...). A rapariga continuou a sorrir e começou a falar de pessoas da faculdade que conhecia (...) pediu-me que lhes dissesse que a tinha encontrado e que gostava de retomar o contacto com elas (DdC: 165).

Adicionalmente, foram consideradas SE todas as descrições de interações em que a etnógrafa participava e que tinham como conteúdo central da comunicação conversas banais e informais, sem qualquer relação com as ST, designadamente aquelas que se relacionavam com a vida pessoal de cada um e com a vida social geral do país:

Mal saímos da Junta havia um Mercedes estacionado à porta e ela brincou: “Não me diga que veio de Mercedes!”. Sorri e respondi que até tinha um Mercedes, antigo, porque o meu marido aprecia antiguidades, mas que tinha acabado de o vender. Esta pequena informação que dei sobre mim foi usada pela Dra. Maria algumas vezes ao longo do dia em tom de brincadeira. Julgo que para me fazer sentir mais à vontade, pois esse é o tom com que, habitualmente, interage com os colegas, como vim a perceber (DdC: 155).

Depois, a Dra. Alice pergunta à Dra. Marieta algo sobre um familiar seu e, a este propósito, começam ambas a falar de um casal amigo e explicam-me, longamente, o seu funcionamento bizarro (DdC: 67).

Como se pode perceber, todas estas variações em torno das SE contêm informação que pode afigurar-se relevante para melhor perceber o modo como se desenvolveu a prática etnográfica de terreno e as respetivas relações de poder e contingências situacionais.

#### **5.4 Reflexividade etnográfica**

A reflexividade etnográfica (RE) expressou-se no diário através das reflexões pessoais da etnógrafa, para si própria, sobre o que ocorria no terreno. Dá conta das tensões e estranhamentos que vivenciou quando se confrontava com observações, expectativas e significações que tinha como relativamente óbvias e que eram perturbadas pelo modo de agir e pensar das participantes. Tratam-se, por isso, das situações que, no plano intersubjetivo da ação no terreno, permitem questionar as relações de poder e as possibilidades existentes de analisar o saber profissional numa relação de alteridade. O estilo de escrita deste tema é aquele que mais descrições contém na primeira pessoa do singular:

Estas situações fizeram-me lembrar as relações de poder que costumamos tentar identificar nas situações de investigação. Claramente, eu era a pessoa que não tinha poder, aqui. Não sendo chamada, sendo esquecida, não podendo impor-me ou circular livremente pela instituição à procura da minha observada, estou completamente à mercê das suas decisões, dos seus esquecimentos, das suas considerações e desconsiderações relativamente à minha pessoa e ao meu trabalho (DdC: 88).

Mais especificamente, podemos encontrar dois grandes tipos de configurações para a RE: (i) as situações em que a etnógrafa expressava juízos e apreciações morais, positivas ou negativas, sempre que se deparava com um funcionamento institucional e/ou com comportamentos e atitudes profissionais que surpreendiam e divergiam do que considerava adequado e importante; (ii) as situações em que a etnógrafa expressava as hesitações vividas sobre como interpretar as condições de acesso às ST face a atitudes das participantes que se mostravam contrárias ao que haviam combinado previamente.

Os juízos e as apreciações da etnógrafa não podiam deixar de ser registados, pois são reveladores da sua visão potencialmente etnocêntrica e da implicação com o trabalho social observado. Estes são aspetos que é importante explicitar para, a partir daí e num registo eminentemente reflexivo, melhor se poder cumprir o desígnio da relativização cultural:

(...) na realidade aprecio a forma como ela recebe as pessoas, de modo caloroso e com cumprimentos de beijinhos (DdC: 41).

A Dra. Maria é muito homogénea na interação com os seus beneficiários, mas com a senhora que tem uma filha doente foi mais suportativa e empática. Talvez por ela ter sido vítima de um contratempo sério muito recentemente e de isso ter tido graves implicações na sua vida (DdC: 223).

A comunicação dentro do gabinete é feita de forma dispersa, entrecortada por comentários de ordem pessoal. (...) Situações complicadas a que eu tinha assistido foram comunicadas de forma quase banal às colegas, que, no entanto, parecem compreender o alcance das palavras (DdC: 161).

Como exemplos de situações de hesitação sobre como interpretar comportamentos e atitudes dúbias face ao combinado, vejam-se as seguintes passagens dos diários de campo:

Sai do gabinete e enquanto se dirige para a porta pergunto “Quem é?”, na esperança de que me convide a ir consigo, apesar da exaltação em que se encontra. Mas não, nem sequer me responde (DdC: 39).

Confesso que não achei piada nenhuma porque já me bastava o que se tinha passado de manhã. Agora, à tarde, não havia nenhum motivo para eu não estar presente, sobretudo porque teria muito interesse em ver a Dra. Marieta interagir com os novos formandos e foi mais uma oportunidade perdida (DdC: 98).

Apesar de compreender que a minha presença na sessão é perfeitamente dispensável e, no caso, até pode ser um estorvo, fico desconcertada com a leveza com que sou convidada, convocada e deixada à espera sem tirar qualquer partido da situação. Mantenho o sorriso e a boa disposição, quando na verdade me questiono sobre o que é que estou ali a fazer. Apetece-me ir embora e não voltar e sinto-me alvo de total desconsideração. Mas é esse o meu papel e mantenho a postura (DdC: 86-87).

Eu agradeço a cortesia, mas sinceramente preferia que me levasse a conhecer uma reunião de equipa. Tinha muitas expectativas neste local e afinal estou a observar tão pouco, pelo menos tão menos do que no gabinete de RSI, onde as minhas expectativas eram muito mais baixas. Mas trata-se apenas do segundo dia, creio que ainda há espaço para algo mais acontecer (DdC: 14).

Os RT só podem ser interpretados como atos reflexivos sobre as ST na medida em que, como se acabou de evidenciar, as RE também são atos reflexivos sobre as SE. É a conjugação destes dois atos reflexivos que permite relativizar (e suspender) as construções simbólicas da etnógrafa nas RT e nas ST, fazendo com que a sua implicação com as participantes possa transformar-se num diálogo em alteridade.

## 6 Conclusão

Considerando a investigação desenvolvida sobre a mobilização do saber profissional em contextos de trabalho, centrámos o artigo na análise das estratégias e práticas que sustentaram o registo textual, em forma de diários de campo, sobre os contextos de trabalho de três assistentes sociais em organizações do setor social em Portugal e as contingências e reflexividades subjacentes ao próprio processo de pesquisa no terreno. O trabalho etnográfico de acompanhamento das profissionais em causa e de textualização primária dos elementos empíricos e experiências daí resultantes foi realizado em moldes relativamente particulares. A etnógrafa acompanhou, em diferentes organizações, as situações e contingências de trabalho social de apenas uma profissional, seguindo um procedimento aparentemente individualizante que visou apreender, no plano das dinâmicas intersubjetivas, as configurações sociocognitivas que enquadram os usos do conhecimento nos quotidianos de trabalho. Por outro lado, ainda dentro da divisão social do trabalho científico do estudo em causa, a etnógrafa de terreno participou somente na pesquisa empírica, pelo que o seu trabalho de textualização se circunscreveu apenas à escrita de registo, de produção de diários de campo (um para cada uma das profissionais participantes). O trabalho posterior de (re)escrita etnográfica, já com maior profundidade analítica e densidade teórico-conceitual, foi assegurado por outros investigadores.

No que diz respeito ao dia-a-dia de terreno e de construção dos diários de campo, os primeiros registos, em papel ou no computador, eram feitos (quase) no momento de ocorrência de factos significativos, sobretudo nos momentos de intervalo das interações sociais das assistentes sociais que estavam sob acompanhamento etnográfico. Estes registos integram escrita sob a forma de “inscrição” e de “transcrição” (CLIFFORD, 1990), ou seja, escrita que visou, respetivamente, prevenir o desvanecimento das informações resultantes da observação da interação das assistentes sociais e, sempre que pertinente, assentar de forma literal os seus excertos discursivos mais relevantes, contribuindo, assim, para fixar a multivocalidade da abordagem e do discurso etnográfico. A inscrição e a transcrição constituíram, como é comum acontecer, operações de textualização urgentes, feitas *in situ* e “a quente”, sem grandes preocupações de densidade e estética narrativa. Estas notas mais imediatas eram depois organizadas, (re)compostas e adensadas com pormenores (e alguma reflexividade) nos dias da semana em que a etnógrafa não estava no terreno, num trabalho textual de “descrição” (*idem*) de que

resultaram os diários de campo a partir dos quais foi/é possível a textualização científica propriamente dita.

Como foi possível mostrar pormenorizadamente na análise que aqui desenvolvemos, estes diários de campo foram construídos pela mediação de dois atos reflexivos em alteridade: atos reflexivos de RT sobre ST (mais centrados nas participantes) e de RE sobre SE (mais centrados na etnógrafa), ambos conjugados para que as relações de poder no terreno pudessem revelar dimensões empíricas e analíticas do saber profissional, numa escrita potenciadora da multivocalidade. Neste quadro torna-se óbvio que a construção dos diários – e já antes os exercícios de observação participante junto das participantes e as práticas de escrita em perfil de inscrição e de transcrição – se processaram de modo consideravelmente flexível, evidenciando a plasticidade do trabalho de campo etnográfico de que nos fala Hannerz ao afirmar que “ethnography is an art of the possible” (2003, p. 212).

## Referências

- BARRETO FILHO, H. Meio século de notas e diários de campo: o ofício etnográfico e a etnologia de Cardoso de Oliveira. **Anuário Antropológico/2002-2003**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 389-410, junho, 2004.
- CARIA, T. H. Prática e aprendizagem da investigação sociológica no estudo etnográfico numa escola básica 2.3. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 41, p. 35-62, dezembro, 1995.
- CARIA, T. H. Leitura sociológica de uma experiência de investigação etnográfica. **Sociologia — Problemas e Práticas**, Lisboa, s/v, n. 25, p. 125-138, novembro, 1997.
- CARIA, T. H. **A cultura profissional dos professores. O uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa nos anos 90**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000a.
- CARIA, T. H. O ofício de etnossociólogo. In: CARIA, T. H. **A cultura profissional dos professores. O uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa nos anos 90**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000b. p. 3-139.
- CARIA, T. H. O uso do conhecimento: os professores e os outros. **Análise Social**, Lisboa, n.164, p. 805-831, Outono, 2002a.
- CARIA, T. H. A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras. In: CARIA, T. H. (org.). **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 2002b. p. 9-20.
- CARIA, T. H. (org.) **Saber profissional**. Coimbra: Almedina, 2005.

- CARIA, T. H. Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objecto saber. **Etnográfica**, Lisboa, v.11, n 1, p. 215-250, maio. 2007.
- CARIA, T. H. Professional culture in veterinarian clinical practice: the construction of an interdisciplinary object. **International colloquium on professional groups: trajectories, knowledge and regulation**. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008a (CD-Rom). s/p.
- CARIA, T. H. O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões. **Análise Social**, Lisboa, v. 4, n.189, p. 749-773, 2008b.
- CARIA, T. H. A mobilização de conhecimento em situação de trabalho profissional. Versão revista e ampliada. In: FARTES, V.; ROSELI, M. **Currículo, formação e saberes profissionais**. Bahia: EDUFBA, 2010. p. 165-193.
- CARIA, T. H. Perspectivar a intervenção social. Reflexões e dados sobre o trabalho profissional e o uso do método etnográfico no terceiro sector. In: SILVA P. G.; SACRAMENTO, O.; PORTELA, J. (org.). **Etnografia e intervenção social: para uma praxis reflexiva**. Lisboa: Edições Colibri, 2011. p. 271-296.
- CARIA, T. H. Poder e conhecimento no trabalho profissional baseado nas Ciências Humanas e Sociais: dados preliminares do projeto SARTPRO. In: CARVALHO, T.; SANTIAGO, R.; CARIA, T. H. (org.). **Grupos profissionais, profissionalismo e sociedade do conhecimento**. Porto: Edições Afrontamento, 2012. p. 59-80.
- CARIA, T. H. O trabalho profissional burocrático: modelo de análise sobre a profissionalização do trabalho social em organizações do sector não lucrativo em Portugal. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 803-839, outubro/ dezembro, 2013a.
- CARIA, T. H. Serviço Social em organizações não lucrativas: um estudo empírico quantitativo sobre o trabalho profissional burocrático em Portugal. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.12, n.1, p. 173-195, julho, 2013b.
- CARIA, T. H. Hierarquias de conhecimento e saber profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 798-826, outubro/dezembro, 2014a.
- CARIA, T. H. O uso do método etnográfico no estudo do trabalho e do conhecimento profissionais”. In: TORRES, L.; PALHARES J. (org.). **Metodologias qualitativas da investigação em educação e formação**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2014b. p. 39-64.
- CARIA, T. H. A constituição do saber profissional: uma contribuição interdisciplinar sobre a dualidade do uso social do conhecimento. **Análise Social**, Lisboa, v. 3, n. 224, p. 498-532, 2017a.
- CARIA, T. H. O situado, o tácito e o quotidiano do saber. In: CARIA, T. H.; PEREIRA, F. (org.). **Saber profissional em Serviço Social: uma perspectiva etnográfico-situacional**. Viseu: Psicosoma, 2017, p. 43-65.
- CARIA, T. H.; CÉSAR, F. Uma estratégia de investigação etnográfica sobre o saber profissional. In: CARIA, T. H.; PEREIRA, F. (org.). **Saber profissional em Serviço Social: uma perspectiva etnográfico-situacional**. Viseu: Psicosoma, 2017. p. 67-91.
- CARIA, T. H.; CÉSAR, F.; BILTES, R. A profissionalização da Sociologia e o uso dualístico das Ciências Sociais. **Revista de Sociologia**, Braga, n. 9, p.15-36, dezembro, 2012.

CARIA, T. H.; PEREIRA, F. (org.) **O trabalho social profissional no terceiro sector**. Viseu: Psisoma, 2014a.

CARIA, T. H.; PEREIRA, F. Aplicação do modelo de análise do trabalho profissional burocrático ao trabalho social no terceiro sector”. In: CARIA, T. H.; PEREIRA, F. (org.). **O trabalho social profissional no terceiro sector**. Viseu: Psisoma, 2014b. p. 63-95.

CARIA, T. H.; PEREIRA, F. Social work like a bureaucratic professional labour: an empirical analysis in non-profit organizations in northern Portugal. **European Journal of Social Work**, Londres, v. 19, n. 1, p. 120-139, 2016.

CARIA, T. H.; PEREIRA, F. (org.) **Saber profissional em Serviço Social: uma perspectiva etnográfico-situacional**. Viseu: Psisoma, 2017.

CARIA, T. H.; RAMOS, M. Professional culture and knowledge: an interdisciplinary perspective. In: COSTA, A. M.; APARÍCIO, M. (org.). **International Handbook about Professional Identities**. Rosemead, Los Angeles: Scientific and Academic Publishing, 2015, p. 66-90.

CARIA, T. H.; SACRAMENTO, O.; SILVA, P. G. Etnografia de práticas de Serviço Social: fenomenologia, holismo e poder. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 292-304, agosto/dezembro, 2018.

COLLINS, H. **Tacit and explicit knowledge**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

CLIFFORD, J. Notes on (field)notes. In: SANJEK, R. (org.). **Fieldnotes: the making of Anthropology**. 1st ed. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1990, p. 47-70.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (ed.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. 2nd Ed. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, [1986] 2010.

EMERSON, R.; FRETZ, R.; SHAW, L. Notas de campo na pesquisa etnográfica. **Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais**, Crato, Ceará, v. 7, n. 1, p. 355-388, 2013.

FARTES, V. L. A recontextualização do conhecimento profissional no trabalho de controladores de processos industriais no sector do petróleo e gás do Brasil: saberes, identidades e autonomias. In: CARVALHO, T.; SANTIAGO, T. R.; CARIA, T. H. (org.). **Grupos profissionais, profissionalismo e sociedade do conhecimento**. Porto: Edições Afrontamento, 2012. p. 81-96.

FARTES, V. L. A cultura profissional dos grupos de pesquisa nos institutos federais: uma comunidade de práticas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 798-826, out./dez., 2014.

FARTES, V. L.; SANTOS, A. P. Saberes, identidades e autonomia na cultura docente da educação profissional e tecnológica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 376-401, 2011.

FAVRET-SAADA, J. Être affecté. **Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie**, Paris, n. 8, p. 3-9, 1990.

FILIFE, J.P. Narratividade, reflexividade e legitimidade em educação especial. In: CARIA, T. H. (org.). **Saber profissional**. Coimbra: Almedina, 2005. p. 93-139.

FILIFE, J. P. **Nós: do encontro de experiências à construção de um saber de referência para a coordenação da acção conjunta – uma voz para os educadores**, 2008. 1048p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. Nova Iorque: Basic Books, 1973.

GRANJA, B. **Identidade e saber dos Assistentes Sociais**. 2008. p.425. Tese (Doutorado em Ciências do Serviço Social) - Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade do Porto, Porto, 2008.

GRANJA, B. A competência reflexiva processual em Serviço Social na acção profissional junto das populações. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 428-454, 2011.

HANNERZ, U. Being there... and there... and there!: reflections on multi-site ethnography. **Ethnography**, Londres, v. 4, n. 2, p. 201-216, junho, 2003.

KILANI, M. Du terrain au texte: sur l'écriture de l'anthropologie. **Communications**, Paris, n. 58, p. 45-60, 1994.

LOUREIRO, A. P. **O trabalho técnico-intelectual em educação de adultos: contribuição etnossociológica para a compreensão de uma ocupação educativa**. Cascais: Sururu Produções Culturais, 2008.

LOUREIRO, A., CARIA, T. H. To learn and to construct knowledge in the context of the work with adult education and training: a Portuguese case study. **International Journal of Lifelong Education**, Londres, v. 32, n. 2, p. 149-164, 2013.

LOUREIRO, A.; CRISTÓVÃO, A.; CARIA, T. H. Between external prescription and local practice: the uses of official knowledge by adult education professionals in Portugal. **European Journal for Research on the Education and Learning of Adults**, Linköping, v. 4, n. 1, p. 65-80, abril, 2013.

MAANEN, J. V. **Tales from the field: on writing Ethnography**. 2 nd Ed. Chicago: University of Chicago Press, [1988] 2011.

MAGNANI, J. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta-Feira**, São Paulo, n. 1, p. 8-12, 1997.

MALIGHETTI, R. Etnografia e trabalho de campo: autor, autoridade e autorização de discursos. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís v. 1, n. 1, p. 109-122, jan/jul., 2004.

MARQUES, A. P.; CARIA, T. H. Organizational contexts of professional work in the third sector. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, Roma, v. 4, n. 9, p. 558-565, outubro, 2013.

MARQUES, A. P.; CARIA, T. H.; SILVA, M. S. Trajectórias de profissionalização das Ciências Sociais e Humanas no terceiro sector: contextos, práticas e percepções". In: MARQUES, A. P.; GONÇALVES, M. C.; VELOSO, L. (org.). **Trabalho, Organizações e Profissões**. Recomposições Conceptuais e Desafios empíricos. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia (APS), 2013. p. 395-417.



MONTES, V. A. **Os saberes profissionais do guia de turismo em situação de trabalho**. 2013. 72p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, F. **Identidades profissionais, trabalho técnico e associativismo agrário em Trás-os-Montes e Alto Douro**. Cascais: Sururu Produções Culturais, 2008.

PEREIRA, F.; CARIA, T. H. A acção socioeducativa no âmbito dos cuidados gerontológicos profissionais. In: LÓPEZ S.; GARCÍA-PÉREZ, O.; CALVO, J., V., GARCÍA, C. (org.). **Crise social y el Estado del Bienestar**: las respuestas de la Pedagogía Social. Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, 2013. p. 175-182.

PEREIRA, F.; CARIA, T. H. Saberes profissionais e trabalho profissional do gerontólogo. **International Journal of Developmental and Educational Psychology - INFAD, Revista de Psicología**, Badajoz, v. 2, n. 1, p. 81-90, 2014a.

PEREIRA, F.; CARIA, T. H. Travail professionnel des gérontologues: une approche méthodologique. In: PATUREL D. (org.). **Recherche en travail social**: les approches participatives. Centre Européen de Ressources pour la Recherche en Travail Social/European Resource Center for Research in Social Work: Editions Champ Social, 2014b. p. 306-330.

PINK, S.; MORGAN, J. Short-term ethnography: intense routes to knowing. **Symbolic Interaction**, San Diego, v. 36, n. 3, p. 351-361, 2013.

RAMOS, M. O estudo dos saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 105-125, out/dez., 2014.

SANJEK, R. (ed.) **Fieldnotes**: the making of Anthropology. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1990a.

SANJEK, R. A vocabulary for fieldnotes. In: SANJEK, R. (ed.). **Fieldnotes**: the making of Anthropology. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1990b. p. 92-121.

SILVA, M. S., CARIA, T. H. Para além da “desprofissionalização”: que futuro para o saber profissional em trabalho social e em organizações neo-burocráticas?. In: CARIA, T. H.; FARTES, V.; LOPES, A. (org.). **Saber e formação no trabalho profissional de relação**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2013. p. 61-80.

**Recebido em:** 15 de março de 2021.

**Aceito em:** 14 de outubro de 2022.